

Introdução

Meu despertar para a história social das mulheres e para o feminismo surgiu durante o estágio em psicologia que fiz no Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica (CIAM), no ano de 2002, órgão de referência nacional. Lá constatei o amplo espectro de discriminações que a clientela atendida sofria. Fosse no plano profissional, sexual ou político, lá estava a discriminação. Em sua grande maioria eram mulheres pobres, geralmente com filhos, dependendo economicamente de seus parceiros, e que não viam, até aquele momento, alternativa para a mudança no quadro estrutural que vivenciavam. Mas minha escuta, enquanto estagiária de psicologia, ia um pouco além do quadro estrutural. Percebia, nas entrelinhas de suas histórias de vida, distinções individuais, detalhes e observações pessoais que faziam uma enorme diferença no conjunto. A trajetória de cada uma delas era repleta de significados subjetivos e individuais. Todas tinham nomes e fisionomias próprias, eram mulheres vivendo situações de violência, e que precisavam contar suas histórias particulares, expor os acontecimentos guardados por muito tempo no âmbito doméstico. Precisavam compartilhar sua dor, e estavam a dispostas a buscar seus direitos efetivos e a colocá-los em prática. O destino lhes oferecera um mundo violento e cruel, mas todas queriam proteção, ajuda, dados e informações sobre seus direitos. A saída da situação que vivenciavam era, então, pela primeira vez, vislumbrada diante do apoio oferecido pelo CIAM.

Quando eu chegava no CIAM, via a ante-sala cheia de mulheres que, *a priori*, se sentiam vítimas da situação que viviam, mas que, após os atendimentos psico-sociais onde desabafavam seus temores, passavam a conquistar e a reconhecer um direito de escolha que antes não conseguiam vislumbrar.

Hoje nós, mulheres, temos não somente direitos explicitados em lei, mas uma rede de ajuda e apoio formal que se expande, embora ainda ao atendimento da demanda. Atualmente, existe apenas um abrigo na cidade do Rio de Janeiro para acolher as mulheres que estão passando por situações de violência

doméstica e que não podem voltar para suas casas, pois são ameaçadas de morte. Este abrigo único é insuficiente. Muitas mulheres retiram suas queixas na delegacia por medo ou por pena de seus parceiros e, no processo, não rompem com o ciclo da violência, apesar de terem conhecimento dos seus direitos. Nas audiências de conciliação, muitas são levadas, por influência de alguns advogados mal preparados, a não dar andamento a seus processos. E, ainda assim, quando o processo vai adiante, geralmente a pena é irrelevante - doação de cestas básicas ou trabalhos voluntários para a comunidade, em sua maioria. O agressor não vai para a cadeia, só em circunstâncias muito graves, como nos casos de homicídio. Mas, na sua grande maioria, quando estas mulheres chegam ao CIAM é porque já estão fartas de continuar em situação de violência doméstica.

Em maio de 2003 fui, como pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisa da Infância (CIESPI), vinculado a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), ao encontro promovido pelo Projeto Mulher em Ação, ocorrido no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) - Rio. Esse projeto, lançado em 8 de março daquele ano, Dia Internacional da Mulher, foi idealizado pela cineasta Anna Penido. Tinha como objetivo dar rosto e voz, na mídia, às mulheres que exercem trabalhos comunitários, para que suas ações fossem fortalecidas e a imagem das comunidades positivadas. Aquele, então, foi um momento único e histórico, em que mulheres de diferentes favelas do Rio de Janeiro se uniam para pensar em conjunto saídas para os problemas que vivenciavam. Era uma forma de dizer ao mundo que, juntas, eram fortes e que poderiam ajudar a diminuir a violência que se alastrava pela nossa cidade.

Mais uma vez, e agora coletivamente, percebi as mulheres saindo de seus anonimatos e expondo seus problemas diante da sociedade. As discussões do evento giravam em torno de problemas sociais comuns vivenciados por elas em seus cotidianos. Não era uma tarefa fácil para elas estarem juntas, pois as guerras entre facções nas favelas cariocas geram tensões e conflito entre os habitantes das suas diferentes áreas de influência. Mas, estavam gostando da situação e percebendo a oportunidade que tinham para se expressar e mostrar

seus trabalhos. Identificavam-se enquanto mulheres pobres e lideranças comunitárias.

O evento teve uma repercussão tão grande que o CCBB, seu hospedeiro, incluiu-o na sua agenda anual, pois foi um dos eventos que mais trouxeram retorno de imagem à instituição.

No meu íntimo, percebia que nenhuma mulher ali percebia seus atos como políticos, não se reconhecia como feministas e nem era vinculada a nenhum partido político, mas a luta de cada uma era por melhores condições de vida e isto as reunia. Essa percepção motivou uma mulher, a idealizadora do evento, e atraiu rapidamente tantas outras mulheres. O Projeto Mulher em Ação teve continuidade no ano de 2004, e continuei a participar dos encontros mensais. Sabia das implicações que minha função de pesquisadora trazia, mas me coloquei como uma mulher, dentro de um grupo de mulheres, juntas independentemente de nossas diferenças individuais, para fortalecerno-nos enquanto cidadãs, mães e trabalhadoras sociais.

Ao longo destes anos, o referido Projeto buscou diversos processos capacitadores e apoios, com pessoas renomadas em diversas áreas do conhecimento, que muito ajudaram a constituir o grupo e a apoiar seu desenvolvimento.

Simultaneamente, em 2003 ainda participei do Projeto Guia Nacional de Iniciativas, Metodologias e Ações Visando à Permanência da Criança no Âmbito da Família e da Comunidade, coordenado pela Professora Irene Rizzini, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e coordenadora do CIESPI. Esse projeto tinha parceria com o UNICEF. Na ocasião, visitei 10 comunidades do Rio de Janeiro e retratei as práticas de ação das lideranças do Projeto Mulher em Ação em um CD-ROM intitulado Retratando as Mulheres em Ação.

Naquela ocasião, pude me aproximar de suas realidades e ver de perto as ações variadas que imprimiam ao seu redor. Apenas, para citar algumas: aula de reforço escolar para crianças, aula de artesanato para idosos, aula de cidadania para jovens, pesagem de nutrízes, informação sobre os direitos das crianças e adolescentes, conhecimentos de alimentação alternativa, alfabetização para jovens

e idosos e tantas outras. Recebiam e algumas continuam recebendo diferentes apoios institucionais: de ONGs, da Igreja Católica e do Estado. Outras tantas continuam seus trabalhos sem possuir nenhum apoio institucional.

A visita às favelas me mostrou a baixa e deteriorada qualidade de vida que a sociedade oferece a essa parte de seus cidadãos (segundo a ONU, parte essa bem expressiva – um país com a pior distribuição de renda do planeta).

Quem sai de um bairro de classe média alta e entra numa favela sente a pressão constante em que vivem os moradores destes locais. A sujeira gera mau-cheiro e as “casas” parecem estar empilhadas umas em cima das outras, como se fossem desabar a qualquer momento. Falta ar, falta liberdade de ir e vir. As lideranças se apressavam em me alertar para que eu não tirasse fotografias, pois eu poderia ser vista por algum “deles” e ser mal interpretada.

E eu me perguntava: Como podem essas mulheres que exercem trabalhos comunitários com escassos recursos materiais, insistir em se capacitar para doar seu tempo ao resgate social de mulheres, crianças, jovens e idosos do seu entorno? E mais ainda indagava: Trabalhando, muitas vezes, mais que oito horas por dia, como encaram a dura realidade e as adversidades que vivenciam no seu cotidiano? Elas não desanimam? De que forma elas são reconhecidas em suas comunidades? Como ainda conseguem transformar suas casas em âncoras para buscar soluções para todos os tipos de problema, a qualquer hora do dia ou noite? Como buscam saídas para os problemas de saúde, de desemprego e de fome? Como lidam com suas tragédias pessoais em meio a tantas tragédias coletivas? Seu mundo privado - suas vidas e suas casas- englobam o seio de sua comunidade?

De agosto a novembro de 2004 tive a oportunidade de ser assistente da professora Maria Helena Zamora (PUC-RIO) no curso de extensão “Direitos e Cultura da Paz - Mulheres e Crianças em Contexto de Pobreza”, uma parceria do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO com o CIESPI. Foram encontros semanais, com a duração de três horas cada, na sede do centro da Coordenação Central de Extensão (CCE) -PUC-Rio, no total de 48 horas. O curso teve como principal proposta oferecer a 25 mulheres de comunidades de

favelas conhecimentos estratégicos para compreender melhor sua realidade e participar de sua transformação, acreditando que estas mulheres pudessem ser fortalecidas através do conhecimento de seus direitos. Uma parte destas mulheres era oriunda do Projeto Mulher em Ação.

Percebi, através de seus depoimentos, naquele momento, o quanto essa parcela da população feminina se sente excluída, como esse sentimento de exclusão surge e é reproduzido pelas circunstâncias de pobreza e desinformação; assim como percebi os esforços que realizam para sair desta exclusão. Ao longo do curso foram adquirindo mais confiança, traziam perguntas e dúvidas e principalmente se questionaram diante de seus lugares enquanto lideranças.

Ao final do curso muitas não queriam mais se intitular líder, mas sim serem reconhecidas simplesmente como mulheres que se destacam em suas comunidades pela vontade de querer fazer uma diferença social, em conjunto com a população local. Como se o papel de liderança, as diferenciava dos outros moradores comuns e lhes desse um poder a mais que elas não tinham e não queriam. Algumas associavam o nome líder ao tráfico de drogas. Percebi, entretanto, que umas poucas não se incomodavam, e até gostavam de serem chamadas assim.

Este questionamento foi um dado relevante para elas. Na medida em que refletiam sobre seus próprios papéis e a forma que se colocavam diante da inserção de seu trabalho junto à comunidade, iam tomando nova consciência sobre sua posição. Este processo ocorreu após a apresentação do trabalho social de uma ex-companheira do “Mulher em Ação” da comunidade Cidade de Deus, que foi chamada para expor como desenvolvia suas atividades em sua localidade. Ela disse encarar sua prática de uma forma política, no sentido de engajar as pessoas da comunidade no debate em torno de uma luta maior, além do cotidiano da alfabetização para jovens referindo-se ao projeto desenvolvido. Utilizava-se da ajuda do governo ou de ONGs para dar voz à comunidade, na expressão de suas necessidades, e os respectivos encaminhamentos possíveis das parcerias, voltando-se para os interesses locais.

Como finalização de um processo de grupo foi escrita uma carta coletiva propondo políticas públicas para a implementação de programas e projetos que valorizassem seus direitos enquanto cidadãs. Esta carta foi lida em uma Audiência Pública sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Continuei a participar do Projeto Mulher em Ação e, em 8 de março de 2005, foi realizado outro evento, no CCBB - Rio, no Dia Internacional da Mulher, e a temática girou em torno de Mulher, Meio-ambiente e Reciclagem. Após este evento, estabeleceu-se um grupo de 12 mulheres que permanecem freqüentando os encontros até o momento (dezembro de 2005). Resolvemos (eu e elas) escrever um projeto na área de geração de renda através da reciclagem e conseguimos o apoio da Liga Israelita do Brasil para as passagens das mulheres inscritas nas oficinas de bijuterias, já iniciadas e que permanecem até hoje. Estas oficinas de bijuterias foram realizadas, na COMCAT (Comunidades Catalisadoras), uma ONG, situada na praça Mauá, centro do Rio que apoiava o trabalho com seu espaço, mas a partir do início de setembro de 2005, estão sendo realizadas em uma sala na ABIC (Associação das Indústrias de Café), também, através da Liga Israelita do Brasil.

Através de minha trajetória como pesquisadora nesse período travei contato com um grupo de 35 mulheres no total, oriundas de diversas comunidades pobres, de diversas idades e níveis de escolaridade, de distintas favelas do Rio de Janeiro, e que trabalham em diversos projetos sociais. Talvez não por acaso, das mesmas localidades de onde viera a clientela que eu havia atendido no CIAM. Naquela ocasião elas se intitulavam líderes comunitárias, moradoras de favelas que denominam de comunidades.

Vale dizer que o termo comunidade, originado do latim *comunio* e que significa união com outros, vem sendo resignificado, ao longo da história, como o campo de relações que encobre diversos tipos de associações. Estas associações muitas vezes não aparecem nos livros de História, pois são associações quase que invisíveis, são lutas travadas no dia-a-dia, específicas e singulares e principalmente de pessoas comuns.

Minha aposta no estudo que relato a seguir não é retratar histórias de heroínas e de algozes, e sim em mostrar que a experiência de mulheres pode revelar várias questões plurais dentro de um conjunto supostamente homogêneo. As mulheres escolhidas para o referido estudo, com suas devidas particularidades, estão inseridas em comunidades pobres, e conseguiram se destacar através da sua resistência individual, em não se submeter aos padrões sociais vigentes que tentam impedir suas inserções em espaços supostamente privilegiados, e da persistência em fazer de seus trabalhos sociais um caminho, de luta, rumo à conquista plena de seus direitos enquanto cidadãs.

Para além da visão clássica da condição feminina que uniformiza mulheres e homens, este estudo pretende mostrar as posições dicotômicas de gênero que englobam questões de raça / etnia, classe e geração.

Geralmente, as camadas populares são tratadas de forma homogênea e sua capacidade de agir só se torna historicamente interessante se admitida como média estatística. Como se um discurso singular popular não valesse a pena ser lido e estudado.

Isto acontece também com a luta feminista, a centralidade conferida a reivindicação de igualdade em relação aos homens parece desviar as tensões entre as próprias mulheres. E mulheres e homens acabam por se tornar blocos unificados de pessoas sem singularidades lutando em esquemas de oposição do tipo dominados x dominantes, quando na verdade toda relação é dialética e comporta consentimentos, cumplicidades, complementaridades e compensações.

Atentas ao cotidiano, as histórias destas mulheres comuns irão se constituir matéria de estudo possibilitando dar visibilidade à “outras” subjetividades, a dos excluídos, aqueles que são mantidos à sombra da sociedade. As tensões derivadas dos processos sociais cotidianamente vividos irão revelar nexos entre os muitos sistemas de poder e de dominação dados por diferentes relações sociais e abrem muitas possibilidades de análise e de orientação.

De fato existe um “imperialismo conceitual” que esmaga a particularidade das manifestações das clivagens sociais e dos referenciais culturais distintos. Mas, parto do pressuposto, em meu estudo, de que todos os conceitos são re-adotados e reformados a partir de experiências e interesses locais como uma forma de contra-poderes e de resistência.

Existem formas muito criativas que grupos ditos marginais e subordinados selecionam e inventam a partir de materiais transmitidos a eles pela cultura. Essas mulheres são o exemplo disto, pois revelam histórias surpreendentes, de pessoas comuns, que dedicam suas vidas a um ideal: a busca pela cidadania.

Nos tempos atuais, de individualismo exacerbado, estas mulheres exercem trabalhos comunitários, se levantam pela manhã todo dia e resgatam vidas. Será que elas têm consciência que estão exercitando suas cidadanias? Será que elas têm consciência do poder que elas possuem? Doam o resto de esperança que possuem àqueles que acham que nada de bom mais lhes restou nesta vida. Não possuem títulos e nem recebem reconhecimento social pelos seus feitos. Suas histórias e tantas outras histórias entrelaçam-se formando redes de textos e contextos variados. São sujeitos que constroem universos sociais de muitos tempos e espaços nada homogêneos a serem desvendados, possibilitando quiçá a renovação, diante de aspectos inéditos da vida social. Em pleno século XXI, ainda encontra-se no país uma falta de respeito e atenção às camadas mais pobres da população, as que não possuem meios de romperem com o ciclo da pobreza. Muitas vezes são pessoas que já adquiriram um nível elevado de estudo, mas continuam sendo atingidas pela falta de oportunidades iguais para todos. E, ao meu ver, são as mulheres que continuam sendo as mais prejudicadas, pois além da dupla jornada de trabalho, geralmente lhes são reservados os cargos inferiores e sem grandes chances de promoção profissional. Muitas destas mulheres, deste estudo, são chefes de família e precisam sustentar não apenas sua prole, mas parentes desempregados. É neste contexto que se percebe que as três mulheres escolhidas para o estudo, conseguiram romper com o ciclo da ignorância e se destacam pela capacidade

de transmitir e, principalmente, de vivenciar novas formas de subjetivação, criando um social novo, renovado, colocando em cheque um saber que perpetua campos de exclusão de gênero, classes e raças em espaços de inclusão que desabrocham numa ampliação social nova e rica em novos territórios dimensionais, que comportam um “Eu” maiúsculo que se estende ao “Nós”, também maiúsculo, pela valorização que fazem de seu próximo, da comunidade e da contrapartida que lhes é dirigida.

As mulheres que se destacam pelos seus trabalhos sociais, se inscrevem em contextos de dimensões e de níveis variados, do mais local ao mais global. Fundir os textos e contextos através da micro-história me leva a reconstituir a pluralidade dos fenômenos marcantes que são necessários à compreensão do todo social e plural, muitas vezes ignorado ou sublimado nos estudos acadêmicos de gênero, que por vezes primam pela repetição de apenas pensar as questões de gênero de forma polarizada, como força e fraqueza, centro e periferia, sem deslocar as análises para fenômenos de circulação, de negociação e de apropriação. Estas operações são inseparadas do poder, são maneiras de compor o poder e de deformar o mesmo, inscrevendo-o, desta forma, a lógicas sociais particulares. É preciso pensar levando em conta que existe um determinado contexto unificado e homogêneo dentro do qual os sujeitos podem e devem determinar suas escolhas.

Nos tempos atuais, nos parâmetros da globalização, mais do que um espaço geográfico, a comunidade ganha ênfase no sentido de uma localidade, de um território onde as relações travadas entre os sujeitos acontecem. Neste sentido aquilo que é pessoal pode torna-se político.

Constituir a pluralidade dos contextos destas relações facilita a compreensão dos comportamentos observados, numa contextualização múltipla, que parte no “nível do chão” sem a implicação de hierarquizar as problemáticas em escala local, nacional ou global, pois podem ser entendidas complementarmente na multiplicidade das experiências e das representações sociais, em parte contraditórias, ou até mesmo ambíguas, por meio das quais os sujeitos se inscrevem no mundo. A história de vida das mulheres deste estudo

trazem à tona o desenvolvimento e a ampliação acerca da importância da função do papel social das mulheres na sociedade atual, assim como em termos de se investigar o comportamento feminino na priorização de suas funções sociais não apenas no âmbito privado, mas no exercício de suas faculdades no âmbito público, a fim de se retomar ou se identificar as questões inerentes ao tema e estimular uma reflexão sobre as opções que se vislumbram para o futuro.

Neste sentido, me chamaram a atenção os estudos recentes da micro-análise ou micro-histórias, a história das mulheres comuns e estudos sobre feminismos informais.

Os espaços relacionais que vinculam indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidade partilhada constituem pontos nodais de interação onde há uma rede altamente complexa de diversos tipos de relações. Com esta compreensão surgiu minha vontade de aprofundar o conhecimento sobre o cotidiano delas em suas comunidades ou favelas. Que ações elas realizam e de que forma? Que reações provocam no entorno? Há uma prática semelhante de ação entre elas? Onde está dando certo seu empenho e onde não está? Segundo a perspectiva delas, de que forma elas se organizam no seio de suas comunidades? Qual a percepção que elas tem sobre seus direitos e sobre a cidadania? Como elas se percebem enquanto trabalhadoras sociais? Como elas descrevem suas histórias de vida e quais os elementos importantes que elas destacam?

Estas mulheres, apesar das adversidades, da forma que lhes é possível (com quase nenhum recurso financeiro), conseguem lutar por um futuro e um mundo que consideram mais justo e igualitário para suas comunidades empobrecidas?

Por mais que os objetivos de luta deste grupo de mulheres sejam assemelhados, elas atuam individualmente em suas áreas de origem, com pouco espaço de compartilhamento de experiências ou de organização conjunta.

Contudo, há a indicação de que existe o desejo de crescer politicamente, de se fazer presente no cotidiano através de seus trabalhos sociais e a batalha de se fazer reconhecer socialmente. A intenção de luta contra a discriminação da

política cultural, da diferença em favor de uma política social da igualdade e a construção coletiva de um conceito universal de comunidade existe efetivamente em seus trabalhos sociais?

Será que do ponto de vista dessas mulheres o investimento efetivado pelo Estado, pelas ONGS, pelas empresas em trabalhos sociais poderia levar à mudança de valores culturais e econômicos que acarretaria, mesmo que em longo prazo, a uma condição humana com menos sofrimento?

E, apesar do quadro estrutural de exclusão de classe e de sexo, há nestas mulheres uma bandeira em comum, uma busca de transformar suas comunidades em lugares mais dignos para serem vividos pelas futuras gerações?

Neste contexto, pretendo estabelecer se na relação destas mulheres com as organizações e instituições, elas são efetivamente as protagonistas sociais de suas ações. De que forma elas atuam em suas comunidades? De que forma seus planos e estratégias têm repercutido sobre sua realidade material e sobre a qualidade de vida de seu entorno? Qual sua percepção da sua pobreza material? Qual sua percepção da sua pobreza política?

Intenciono também estabelecer se as mulheres focadas no estudo possuem apoios eficientes e quais são estes apoios, e se estes são capazes de ajudá-las na formatação de novos tecidos sociais em suas comunidades. E se, apesar de contribuírem inegavelmente com sua presença e intenção, seus esforços caminham rumo as suas metas e perspectivas?

Nos dias atuais, a noção de igualdade encontra-se em conflito entre a universalidade dos direitos e o pluralismo do que é cultural, de classe e de gênero. As reivindicações do feminismo pelo fim de todas as formas de discriminação da mulher e as reivindicações por cidadania dos grupos étnicos minoritários são revelações concretas dessas lutas pela inclusão social. O tema da diversidade cultural significa falar de grupos e comunidades coletivas que possuem direito de buscar seus objetivos e de ser tratados com justiça pelo Estado, sob o qual geralmente lhes cabe viver como “minorias” ou categorias específicas de populações que estiveram tradicionalmente marginalizadas. Neste

contexto, o estudo pretendeu avançar nesse aspecto, que implica reconhecer que as grandes contribuições do feminismo foram desmascarar os suportes do paradigma dominante que coloca o homem como ponto de referência universal e que transforma as mulheres em seres invisíveis ou como uma categoria homogênea. O princípio da igualdade e o direito à diferença estimula as tensões e propicia um debate político inesgotável e muito rico, pois é preciso reconhecer que se está referindo às mulheres e não à mulher. Existe uma variedade grande de pontos de vista e de experiências conforme a raça, a classe e a nacionalidade. Outro aspecto importante a ressaltar é que os direitos civis e políticos contraditoriamente foram mantidos e situados na vida pública como instrumento de desigualdade política e reforçadores das estruturas de dominação masculina. A partir de uma nova perspectiva teórica e de considerações estratégicas, pode-se abordar a questão dos direitos das mulheres nos sistemas de relações sociais em contextos íntimos e comunitários, retratando a sua vida cotidiana (valorizando o papel doméstico e a saída do espaço de confinamento doméstico), com base nos fatos, é possível superar as dicotomias e enfrentar a mutilação na cidadania das mulheres, estabelecendo limites ao que promove o discurso que legitima práticas sociais obsoletas no cotidiano, onde geralmente predomina uma visão naturalizadora das hierarquias sociais e onde a relação com o Estado é com frequência clientelista ou paternalista.

A História, de uma maneira geral, tende a conceituar o sujeito como neutro e universal, principalmente no que tange as questões de gênero. Os estudos de gênero mais atualizados trazem uma nova leitura do social, uma perspectiva que aponta o funcionamento da sociedade e as formas de organização social como resultado da ação de grupos específicos e plurais. A vida social encontra-se também, nas relações transversais e quase invisíveis como as de classe, gênero, raça e etnia, e que influenciam sobremaneira a forma de se estar e de se representar no mundo. As desigualdades são baseadas na valorização dos individualismos, nos usos e apropriações que cada indivíduo trava nas suas relações cotidianas e que por isso podem e devem ser colhidas no cotidiano e na intimidade da vida de homens e mulheres, pois são através destas

experiências que se pode perceber como se desenvolve o tecido social. A cidadania das mulheres, principalmente as de baixa renda, é uma construção social dentro de um processo complexo, que envolve não apenas a conquista de direitos, mas a manutenção dos mesmos e uma visão crítica da realidade. A esfera do privado e da intimidade também constitui um espaço político, devendo a democracia ser pensada em todas as relações sociais humanas para além da dimensão objetiva, introduzindo também a lente da subjetividade de mulheres das várias classes sociais.

Vale retomar aqui que tive a oportunidade de ir a todas as 10 comunidades envolvidas no Projeto Mulher em Ação e retratar num cd-rom suas atividades e o perfil das líderes. Foi uma experiência extraordinária ter contato mais íntimo com as lideranças, ver como viviam e como organizavam seus trabalhos no dia-a-dia. Elas são extremamente respeitadas pela comunidade e levam seus trabalhos de uma forma muito séria, apesar dos escassos recursos materiais que possuem. Sabem de suas limitações, mas estão em busca de aprimoramento pessoal e não perdem as oportunidades que surgem para que possam desenvolver seus trabalhos de uma forma mais eficiente.

Para este estudo selecionei para entrevistar três dessas mulheres na faixa dos 35 a 55 anos que se destacam por seus trabalhos comunitários de diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro: respectivamente - zona sul, norte e oeste. Elas possuem apoios diferenciados e atuam com diversos públicos diferentes, mas possuem similaridades evidentes: são mulheres das comunidades cariocas, intituladas de lideranças femininas, que fazem de seus trabalhos uma forma de busca pela cidadania. Cada uma foi entrevistada separadamente e as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Cada entrevista durou aproximadamente duas horas e decidi realizá-las em local fora do espaço comunitário para que elas se sentissem mais à vontade para contar suas histórias. Achei por bem colocar iniciais fictícias para que elas não fossem identificadas e recebi autorização escrita para que suas histórias fossem publicadas. Após as entrevistas semi-abertas transformadas em documentos-fonte, deparei-me com algumas questões relevantes para todas as entrevistadas.

Neste sentido, escolhi uma metodologia de estudo de caso relacionada à abordagem da escala de micro-análise, perseguindo compreender e perceber o universo das lideranças comunitárias femininas em localidades pobres do Rio de Janeiro e de que forma elas se articulam. Utilizei o método de estudo de caso múltiplo, segundo Yin (2005) por este ser capaz de preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como os ciclos de vida individual em relação às condições contextuais pertinentes. Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa que inclui um método abrangente, tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas da análise dos mesmos.

O estudo de caso tem similaridades com a micro-história quando privilegia o sujeito na condução de histórias de vida nos estudos de circunstâncias pessoais revelando aspectos sociais e significativos acontecimentos da vida real. Oliveira (2005) em seu artigo “Dos Annales a Micro-História: Alguns Apontamentos sobre os Avanços da História Social”, me possibilitou refletir sobre as imensas transformações que a História Social sofreu em sua trajetória identificando os avanços e as mudanças que permitiram responder aos recentes anseios de análise social, proporcionando dinamismo e reformulando seus procedimentos ao utilizar novos métodos de pesquisa, para que desse modo, não se torne antiga e gere desconfiança quanto à sua capacidade de compreensão histórica viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais Ciências Humanas, num procedimento de expansão de objetos e aprimoramento metodológico.

Para Oliveira (2005), nos anos oitenta, século XX, constata-se uma mudança no cenário das tendências e ensaios no campo da teoria e da pesquisa social em seu conjunto, compreendendo a historiografia em todas as suas variações de expressão.

Já no final dos anos 70, segundo Revel (1989), a micro-história deve ser entendida como um sinal, como um rebate a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo outra fórmula de encarar certas exigências e métodos.

Segundo Castro (1993), a redução de escala de abordagem se tornou comum à maioria das pesquisas em história social. Para Levi (1992, p.138), a redução de escala de análise “*representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização*”.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI, 1992:158).

Para o autor, a micro-história é um exercício que visa precisamente à diminuição da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo ativo dos documentos. O método da micro-história incide na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão particular do enfoque de pesquisa e a escala maior do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades trazidas pela micro-análise.

No entanto, em seu artigo no livro “Jogos de Escalas”, Levi (1992) chama atenção para um assunto especial nesta questão do foco a ser utilizado, e dá indícios de como o pesquisador deve proceder ao escolher a melhor escala de análise.

Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado em nível micro-analítico. De toda forma, o debate que há alguns anos pôs frente a frente os pesquisadores em torno da micro-história contribuiu para torná-los conscientes do fato de que escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver (LEVI, 1998, p. 203).

Levi salienta que boa parte deste debate se baseia na necessidade de se compreender a complexidade de um problema por meio de generalizações com base em observações minuciosas, que permitem ampliar o olhar, para desvendar a multiplicidade dos dados em jogo. Portanto, pelo que se viu até o momento, na

modificação da escala de análise, é proporcionada uma leitura mais profunda do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa de modo de tirar proveito desta metodologia.

Como para os demais historiadores citados, também para Ginzburg (1989), a micro-história surge em função de notarem-se mais ambigüidades sobre a legitimidade de determinados processos macro-históricos de análise do social. A redução de escala proposta por Ginzburg (1989), propõe outra leitura do social, uma vez que a história social dominante não tolerava mais seu próprio peso, pelo fato de refletir sobre agregados anônimos durante um longo período, não considerando o indivíduo.

Desse modo, Ginzburg (1989) sugere uma outra maneira de entender a história social, seguindo e ressaltando o “nome” dos indivíduos ou dos grupos. Contudo, é primordial entender “como” se dará esta nova abordagem do social, que privilegia a escolha individual. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, dão condição a uma teia de malha fina, permitindo ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está fincado.

Portanto, o que Ginzburg (1989) propõe é acompanhar o sujeito através do nome, nas suas múltiplas inclusões e vivências sociais, na complexa rede de relações, no tecido social em que ele se insere. Com esta compreensão metodológica, decidi, num primeiro momento, estruturar o piloto de uma entrevista semi-aberta, a partir do qual foram traçados alguns eixos temáticos importantes para o estudo, que revelou a ênfase na trajetória de vida familiar, a vida na comunidade, o mundo do trabalho, a ação social, as questões de gênero e a visão de futuro. Cada entrevista revelou sua própria significação do ocorrido com ela, e isso marca a trajetória de vida. Além disso, por meio das impressões individuais, pretendi montar uma rede de significações coletivas, pois em cada narrativa há uma complexa multiplicidade de dimensões de espaço e de tempo vividos por mulheres de condições subalternas e que demandam um olhar especial.

Para concluir tal tarefa tornou-se indispensável recorrer a um referencial teórico que tratasse as questões de gênero numa perspectiva histórica num

contexto de feminização da pobreza e da respectiva busca de cidadania dessas mulheres. Com este arcabouço desenvolveu-se a investigação proposta. Para a exposição de todo trabalho a dissertação, depois de organizada está composta em quatro capítulos e a conclusão.

O capítulo um aborda a questão do gênero e a História das Mulheres. Sua proposta é a de repensar a parte que cabe às mulheres na História, pois sempre foi difícil reconhecê-las como protagonistas. As representações sociais de gênero reinantes submetem-se à ideologia patriarcal dominante e, através da repetição de práticas e rituais que se consolidam nas tradições, fazem as próprias mulheres serem as principais mantenedoras de sua própria submissão. Torna-se, assim, importante dar visibilidade às mudanças que estão ocorrendo no protagonismo das mulheres.

O capítulo dois aborda a feminização da pobreza e o papel das mulheres dentro do mundo do trabalho. Sob o prisma do capitalismo e caminhando pela metamorfose neoliberal, observa-se em cheque o novo modo da informalização e aponta a perda das conquistas trabalhistas.

O mais recente modelo político brasileiro estimula a globalização acarretando efeitos complexos, tanto para os homens quanto para as mulheres, mas de uma forma diferenciada. O emprego feminino, embora tenha crescido, não redundou em aumento qualitativo para as mulheres, visto que conjuntamente cresceram os sistemas de produção artesanais, paternalistas e patriarcais. Os empregos precários e vulneráveis continuam formando os grandes guetos de mão-de-obra assalariada feminina, tendo neles as mulheres agora um papel reservado, num sentido de experimento, pois elas têm sido utilizadas para dismantelar mais ainda as normas de empregos dominantes, levando a uma precarização ainda maior, haja vista o predomínio maior da mulher em jornadas de trabalho em tempo parcial. Esse atendimento é significativo para compreender a posição das mulheres que vivem em comunidades e participam desse mundo do trabalho. Neste capítulo coube tratar da cidadania das mulheres, apontando que o feminismo tomou sua força a partir da Revolução Francesa e renovou sua energia durante a Primeira Guerra

Mundial. Apesar de após a ocorrência dos eventos citados ter havido um retrocesso nas conquistas femininas, fica evidente que foi a partir das grandes revoluções que as mulheres foram ganhando espaço, principalmente nos partidos democráticos. A partir daí é possível perceber uma maior representação das mulheres em vários aspectos econômicos e sociais, que permite contextualizar melhor a produção e a reprodução das relações de gênero. É através das várias clivagens mostradas neste capítulo que o conceito de alienação surge como uma contribuição importante para entender o trabalho e a forma que ele se torna coisificado e exterior aos indivíduos. A desnaturalização da subordinação das mulheres nos oferece elementos-chaves para repensar-se os conflitos sociais em todos os tempos, assim como a divisão social (de classes e de sexos) do trabalho entre os homens e as mulheres. No Brasil, inicialmente a moda foi copiar padrões feministas europeus, logo em seguida ajustados e incorporados aos simbolismos brasileiros. O feminismo e a questão social foram pensados no Brasil a partir da industrialização, embora suas contradições se fizessem presentes desde a escravidão. O movimento feminista não escapa da reestruturação a qual todo contexto social brasileiro está submetido, e a maioria dos grupos feministas atuais adota uma visão holística quanto à política, no sentido de que uma pequena injustiça em um determinado lugar é sentida em todo e qualquer lugar.

O capítulo três aborda a luta pela cidadania das mulheres e da igualdade de gênero, abrangendo os conceitos de cidadania e a legislação que a garante. Se a condição bi-polarizada dos sexos possibilita nortes da exclusão social fundamentada nas diferenças, o fenômeno da exclusão não atinge somente as mulheres, mas diferentes segmentos populacionais. A exclusão não é provocada somente pelo setor econômico, mas gerada nos meandros econômicos, políticos e sociais, e tem seus desdobramentos nos âmbitos culturais, educacionais, do trabalho e das políticas sociais, assim como em vários outros setores. O movimento de mulheres se insere de uma forma peculiar no processo de construção coletiva da cidadania, pois, através de uma visão crítica e realista, vem livrando-se das grandes limitações, como a conquista do direito de voto.

Ainda como contribuição especial, o movimento feminista coloca algumas idéias práticas para além de uma visão objetiva dos direitos, mas a respeito dos direitos efetivos vividos e exercidos na luta do dia-a-dia, monitorando programas e orçamentos destinados a melhoria da qualidade de vida para toda a sociedade. Este capítulo trata ainda da multiplicidade de segmentos constituídos de diversos grupos afins que ganharam presença pública relevante e exercem crescentemente influência no contexto social através do lobismo político. A política hoje tem que lidar com as diferenças e o papel do Estado é reconhecer e garantir os direitos específicos, mas o que ainda prevalece é o preconceito e a competição excludente em mundo cada vez mais segmentado.

No capítulo quatro serão tratadas as informações coletadas através da pesquisa, que fornecerão dados sobre um universo ainda muito pouco explorado da realidade social brasileira, o das lideranças comunitárias femininas, e que contribuirão para um pensar mais efetivo sobre essa mesma realidade. Ele está organizado segundo os aspectos considerados fundamentais no resgate da trajetória de vida das mulheres escolhidas para este estudo, aquilo que diz respeito à própria vida inter-relacionada ao mundo do trabalho, questões de gênero, ação social - cidadania, vida na comunidade e visão de futuro.

A conclusão revela que a história destas mulheres é sem dúvida um acréscimo e uma contribuição aos estudos de gênero, pois, através de seus trabalhos sociais, rompem com papéis sexuais determinados e com a dicotomia entre o pessoal e o político, abrindo um novo paradigma ao se tratar das histórias dos excluídos da História.